

NOTA PRÉVIA

1. O ambiente, que compreende os espaços naturais e os espaços intervencionados pela acção do homem, configura, nos nossos dias, uma problemática à escala planetária, quer nos países em vias de desenvolvimento, quer nos países industrializados.

O diagnóstico e superação dos problemas ambientais foram explicitados, de modo particularmente claro, na **Declaração do Ambiente** da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de Junho de 1972: "O homem deve constantemente fazer o ponto da sua experiência e continuar a descobrir, a inventar, a criar e a avançar. Hoje o poder que o homem tem de modificar o meio em que vive, permite-lhe, se aquele for apoiado com discernimento, levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e a possibilidade de melhorar a qualidade de vida. Este mesmo poder, se abusiva ou inconsideradamente utilizado, pode causar um mal incalculável aos seres humanos e ao ambiente. Multiplicam-se à nossa volta os indícios crescentes de prejuízos, de destruições e de devastações causadas pelo homem em muitas regiões do Globo: níveis perigosos de poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos; perturbações profundas e indesejáveis do equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis; e graves deficiências no ambiente que o próprio homem criou, em particular naquele em que vive e trabalha, prejudiciais à sua saúde física, mental e social".

O caminho a prosseguir estará, por conseguinte, em associar os factores económicos e os processos ecológicos, no quadro de uma

concepção integrada e coordenada das políticas de desenvolvimento, à luz das exigências de cooperação e solidariedade.

2. Por sua vez, o conceito de Educação Ambiental surgiu da consciência, entretanto, cada vez mais viva, de que é possível e necessário modificar os comportamentos humanos face às características estruturais dos espaços naturais e intervencionados, restaurando-se o equilíbrio entre o Homem e a Biosfera. Depois da União Internacional para a Conservação da Natureza, em 1970, ter aludido às relações de interdependência entre o homem, a sua cultura e o meio biofísico, para cujo reconhecimento e valorização importa capacitar a pessoa humana, a **Declaração do Ambiente** (Estocolmo, 1972) estabeleceu que é essencial ministrar o ensino, em matéria de ambiente, à juventude assim como aos adultos, por forma a que os indivíduos, as empresas e as colectividades se responsabilizem pela protecção e melhoria dos meios onde vivem.

Num processo de enriquecimento do conceito de Educação Ambiental, a **Carta de Belgrado** (1975) veio sublinhar a importância da tomada de consciência, dos conhecimentos, competências, estado de espírito, motivações e sentido de compromisso da população no domínio em apreço, enquanto a **Declaração de Tbilissi** (1977) enfatizou, por sua vez, o papel dos conhecimentos e dos valores (éticos, económicos e estéticos), das pessoas e dos grupos, na prevenção e solução dos problemas ambientais.

Por outro lado, num Congresso promovido pela UNESCO, em colaboração com o PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente), em Moscovo (1987), aprovou-se um documento relativo à

estratégia internacional no domínio da Educação Ambiental, inspirador da elaboração ulterior de estratégias nacionais.

À escala europeia, é de realçar que, na sequência da Resolução do Conselho e dos Ministros da Educação, de 24 de Maio de 1988, os Serviços da Comissão da CE elaboraram um relatório (EC(92) 934) onde avulta a urgência da afirmação de duas linhas de força fundamentais em Educação Ambiental: a necessária passagem do voluntariado à institucionalização, e da experimentação à generalização.

3. Relativamente ao desenvolvimento da Educação Ambiental no nosso País, em que os aspectos do ambiente e da educação tantas vezes se cruzaram em iniciativas de grande alcance, se não é aqui o lugar de fazer a sua história, não deixa de ser oportuno evidenciar alguns dos seus momentos mais significativos.

Um primeiro, tem a ver com o facto de o nosso País haver já subscrito, e adoptado na ordem jurídica interna, algumas das principais recomendações e propostas sobre o ambiente, emanadas de organizações internacionais, como a UNESCO, a OCDE, o Conselho da Europa e a Comunidade Europeia. Um segundo, prende-se com os trabalhos conducentes à definição de uma estratégia nacional de Educação Ambiental, com relevo para o papel desempenhado, nesse sentido, pelo Instituto Nacional do Ambiente e pelas Associações de Defesa do Ambiente. Finalmente, não se ignorando problemas que ainda persistem (a insuficiente formação inicial e contínua dos professores, nessa área, a falta de materiais didácticos apropriados, a inadequação, em certos casos, dos métodos pedagógicos, as dificuldades de articulação institucional), destaca-se, ainda, um terceiro, marcado pelo acolhimento que esta problemática conheceu nos

novos planos curriculares do ensino formal, e nos programas de ensino recorrente e de educação extra-escolar dos adultos, e conseqüente acção desenvolvida pelas Direcções-Gerais da Extensão Educativa, dos Ensinos Básico e Secundário e pelas Escolas.

Com a ideia de aprofundar esta temática e de, ao mesmo tempo, perspectivar novas abordagens e prioridades, o Conselho Nacional de Educação, incluiu-a no seu **Plano de Actividades**, para o corrente ano, o que, por decisão da Comissão Coordenadora, posteriormente ratificada pelo Plenário, veio a traduzir-se num Colóquio sobre Educação Ambiental realizado, no passado dia 23 de Abril, em colaboração com o Instituto Nacional do Ambiente, no qual participaram responsáveis por estruturas ou instituições educativas, docentes, parceiros e multiplicadores na área da Educação Ambiental.

Por constituir um espaço importante de reflexão e diálogo, e tendo em vista difundir os seus resultados, de forma a permitir um maior aprofundamento e alargamento de reflexão sobre tão importante e actualíssima questão da Educação Ambiental, vai proceder-se à edição, em obra autónoma e específica, das comunicações e intervenções registadas no encontro. Com a intenção de proporcionar ao leitor um melhor e mais vasto enquadramento dos assuntos aí versados, publicam-se, em anexo, alguns textos de referência relacionados com os objectivos e conteúdos do Colóquio.

Lisboa, Setembro de 1993

O Secretário-Geral, *Emílio A.Pires*